

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CAU/RS Nº 002/2023****PARECER DE ADMISSIBILIDADE DAS PROPOSTAS**

1. Trata-se de parecer prévio à admissão da Propostas, onde se verifica os itens abaixo relacionados, comparando-os com os requisitos do edital:
 - a) A apresentação da Proposta¹ no prazo estabelecido no cronograma;
 - b) A entrega, na íntegra, de todos os documentos solicitados;
 - c) A forma de envio e apresentação dos arquivos;
 - d) A apresentação técnica dos documentos: utilização dos modelos disponibilizados, a observância quanto ao formato, tamanho e demais requisitos técnicos previstos;
 - e) A correta identificação dos arquivos.

2. Para a Admissão da Proposta todos os critérios devem ser plenamente atendidos.
3. As Propostas recusadas poderão ser reapresentadas, desde que sanados os itens que causaram a recusa.
4. A análise e julgamento do Plano de Trabalho é etapa posterior e cabe, exclusivamente, à Comissão de Seleção.

¹ Compõem a Proposta: Plano de Trabalho, documentos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, declarações e outros requisitados em edital.

**TABELA 01 – RELAÇÃO DAS PROPOSTAS ADMITIDAS**

<i>Proponente</i>	<i>Nome do projeto</i>
-	-

TABELA 02 – RELAÇÃO DAS PROPOSTAS RECUSADAS

<i>Referência</i>	<i>Proponente</i>	<i>Nome do projeto</i>
1.	IABRS – Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul	Vozes da Arquitetura e Urbanismo portoalegrense - Quartas no IAB - Escola IAB

TABELA 03 - MOTIVAÇÃO DA ELIMINAÇÃO

<i>Referência²</i>	<i>CRITÉRIOS ANALISADOS³</i>					
	Totalidade dos documentos	Temporaneidade	Forma de envio	Identificação dos arquivos	Apresentação técnica ⁴	Regularidade da assinatura
1.	AT	AT	N/A	N/A	N/A	N/A

Anotações:

A proponente enviou os arquivos compartilhados via *Google Drive* (<https://drive.google.com/drive/folders/1UWm1j1kwCIN4V1iUUC2iDk5JL6IAjguY>), o que acarreta a recusa automática da Proposta, conforme estabelece o item **11.3.2**. Todavia, apesar da inadmissibilidade instantânea, esta gestora optou, mesmo assim, por analisar a regularidade da documentação.

1. Sobre a forma de envio:

1.1 Como descrito acima, os documentos foram compartilhados com *link* para nuvem, que, de acordo com o item **11.3.2** do edital, causa a recusa automática da Proposta.

2. Forma de envio:

2.1 O tamanho do arquivo "*Habilitação Jurídica Apoio Institucional*" é de 26MB, estando em desacordo com o item **11.3.1**, "a, ii" do edital.

² Conforme Tabela 02.

³ Conceitos: Atende [AT] ou Não Atende [N/A].

⁴ Limitação de tamanho.



2.2 A Declaração de Escrituração Contábil está fora do padrão exigido pelo CAU/RS. Conforme Portaria Normativa 003/2023 – Anexos, disponível no Portal da Transparência.

2.3 O arquivo denominado “*Habilitação Jurídica Apoio Institucional*” é composto por vários documentos, a saber:

- a. Identificação dos Documentos de Habilitação Jurídica;
- b. Estatuto Social;
- c. Ata de eleição da diretoria;
- d. Nominata da diretoria,
- e. Documentos de comprovação de capacidade técnica;
- f. Comprovação de inscrição no CNPJ;
- g. Comprovação de inscrição no Cadastro ISSQN;
- h. Conta de consumo;
- i. Declaração para celebrar parceria com ente público e cláusula de inalienabilidade.

2.4 O arquivo “Comprovação de Regularidade Fiscal” (nominado como *Edital 002 Regularidade Fiscal* no Drive) é composto por todos os documentos de comprovação de Regularidade Fiscal e também o de “Identificação dos Documentos de Comprovação de Regularidade Fiscal”.

Sobre os itens **2.3 e 2.4** acima, ocorre que o regramento determina (**11.3.1, a, i**) que os arquivos devem ser enviados em formato PDF, sendo que aqueles que tiverem mais de 01 (uma) página deverão ser enviados em arquivo único. O texto do edital se refere a um arquivo, e não a um conjunto deles, como apresentado pela OSC.

3. Identificação dos arquivos:

3.1 A nomenclatura dos arquivos disponibilizados no *link* não atende os requisitos do item **18.4.1** do edital.

4. Sobre a Regularidade da assinatura:

A assinatura dos documentos abaixo relacionados, não atendem ao estabelecido do item **18.5**:

- a. Declaração de Capacidade Operacional;
- b. Declaração de guarda de documentos;
- c. Declaração de Legalidade e Cláusula de Inalienabilidade;
- d. Declaração de Validade e Regularidade e Autorização de Uso.

5. Outros apontamentos:

5.1 A Declaração de Validade e Regularidade se aplica à editais de anos anteriores, e não ao ano corrente como preenchido pela proponente.

5.2 Para verificar os arquivos na nuvem foi necessário logar com minha conta particular do *Google*, o que descaracteriza o acesso de forma corporativa.

5. Registra-se que os documentos informados nos itens 2.1, 2.3 e 2.4 não serão anexados ao sistema utilizado pelo CAU/RS para organização e tramitação de processos administrativos (SICCAU), visto que estão irregulares.



6. As Declarações apresentadas para esta Proposta são as mesmas apresentadas para a Proposta relativa ao projeto “CAMINHADA PELO CENTRO HISTÓRICO DE SANTA TERESA - Patrimônio IPHAN”, conforme protocolo SICCAU nº 1803503/2023.
7. **Considerando os apontamentos expostos na Tabela 03 e a classificação expressa na Tabela 02, este Parecer é pela RECUSA da Proposta.**
8. Conforme trata o Capítulo 14 do Edital, o CAU/RS não realiza diligências nessa fase do processo de seleção. Para maiores informações, orientamos a leitura do Edital da Chamada Pública.